

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma reflexão a partir do processo educativo no século XXI

Adriane Aparecida Nogueira Silva

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: adrianenogueira@icloud.com)

Daniele Gouveia Anselmo

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: danielegouveia121@gmail.com)

Rosângela Sá Bispo Nascimento

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: rosangelasab.n@gmail.com)

Marinácia Leal da Silva e Silva

Orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: luttsami@hotmail.com)

RESUMO

O processo educativo no século XXI demonstra a necessidade da inclusão e não aceita ações excludentes, visto os direitos garantidos por leis a todos, incluindo pessoas com deficiência. Assim, o presente artigo tem como objetivo registrar a transformação e evolução da educação excludente para uma educação escolar inclusiva e os desafios que se apresentam, principalmente na educação básica das escolas de Rio Verde, e para o alcance deste, apresentou o conceito da educação excludente e educação inclusiva; a relevância da educação inclusiva, e da formação do docente para o atendimento ao aluno com deficiência, bem como apontou as estratégias adotadas pela instituição e pelos docentes para atender aos alunos da educação básica no município de Rio Verde - GO. A pesquisa de campo foi realizada em três escolas públicas, sendo aplicado um questionário estruturado a trinta e dois professores, três coordenadoras pedagógicas e duas gestoras atuantes nos diferentes níveis de ensino da educação básica. Por meio deste, foi possível observar que há profissionais capacitados para atuar na escola inclusiva, e que o Estado está comprometido em capacitar os profissionais e adequar o ensino para o atendimento de pessoas com deficiência, no entanto, o processo ainda está em andamento e ainda não se mostra totalmente efetivo, como apontaram os entrevistados, as políticas ainda são parcialmente cumpridas.

Palavras-chave: Formação docente. educação básica. ensino igualitário.

INCLUSIVE EDUCATION: a reflection from the educational process in the 21st century.

ABSTRACT

The educational process in the 21st century demonstrates the need for inclusion and doesn't accept excluding actions, considering the rights guaranteed to everyone by

laws, including people with disabilities. Therefore, this article has as objective to register the transformation and evolution of excluding education to an inclusive school education and the challenges that arise, mainly in the schools of basic education in Rio Verde, and to reach this, it was presented the concept of excluding education and inclusive education; the relevance of inclusive education, and the teachers' formation to assistance to students with disabilities, as well as indicating the strategies adopted by the institution and by teachers to serve basic education students in Rio Verde City/GO. The field research was accomplished in three public schools, being applied a structured questionnaire to thirty-two teachers, three pedagogical coordinators and two supervisors working at different basic education levels. Through this, it was possible to observe that there are qualified professionals to work at the inclusive school, and that the State is committed to capacitate professionals and adapting education to serve people with disabilities, however, the process is still ongoing and still it is not completely effective, as the respondent replied, the policies are still partially complied.

Keywords: Teacher formation, basic education and egalitarian education.

1 INTRODUÇÃO

Inclusão é um campo desafiador, pois é considerado em parte um tema desconhecido, é um processo educacional que caminha rumo a melhoria e evolução, necessita da participação de toda a sociedade para promover a inserção dos alunos de forma igualitária, a considerar suas necessidades e sem prejuízo de aprendizagem e socialização. É necessário destacar que a inclusão é mais que meramente estar no ambiente escolar, ou seja, é necessário promover o envolvimento completo desses alunos.

Para que de fato esse processo ocorra conforme as diretrizes das políticas públicas é de suma importância compreendê-los, pois eles norteiam as práticas educativas. Entende-se que para lidar com as diferenças é imprescindível ter condições pedagógicas, dentre essas, está à formação contínua, por isso é necessário o entendimento e valorização a partir do processo de formação continuada dos docentes, para adquirirem mais capacitação e êxito em suas práticas pedagógicas. Além do preparo adequado do docente, é importante que todo o grupo escolar esteja envolvido no processo educativo de todos os discentes que a instituição de ensino atende e assim, inserir o aluno em todas as atividades, tornando assim a escola de fato, inclusiva.

O Estado tem o dever de garantir o ensino regular a todos os brasileiros, inclusive aos alunos com deficiências, aos quais devem ser dados Atendimento

Educacional Especializado - AEE. De acordo com a resolução dada pela Lei 12.796, de 2013, descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, em seu art. 58, que trata “de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Diálogos sobre a inclusão tornaram-se típicos na área educacional, a fim de realmente incluírem todos os alunos na escola, garantindo-lhes o direito a educação. Entretanto, existem situações em que não há essa ação, e a inclusão transforma-se em uma grande exclusão. Esta atitude precisa ser revista pelo educador, pois essa situação é um desafio presente em sua prática, apesar de todo o discurso que não traz veracidade em diversos casos.

Neste trabalho que possui como objetivo identificar a transformação e evolução da educação excludente para uma educação escolar inclusiva e os desafios que se apresentam, principalmente na educação básica das escolas de Rio Verde, utilizada a abordagem qualitativa, uma vez que busca a compreensão e uma visão subjetiva. Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A pesquisa a campo será realizada através de questionários que serão encaminhados aos professores, coordenadores e gestores de escolas de educação básica. A coleta dos dados visa a percepção e metodologia dos referidos dos diferentes níveis de ensino.

O desenvolvimento desse trabalho tem como foco principal a reflexão sobre as práticas educativas que necessitam dar atendimento de qualidade e igualitário a todos do âmbito escolar, pois a Constituição Federal determina no Art. 205 que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, a qual define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. Entretanto, não basta apenas matricular o aluno, é necessário efetivar o ensino.

Por isso, busca-se também verificar se de fato há inclusão, as percepções acerca dela, quando ocorre a exclusão, o que pode ser feito para melhorar essa situação e atender a cada peculiaridade de maneira eficiente e os desafios encontrados pelos docentes, coordenadores e diretores.

2 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os desafios presentes na educação inclusiva são diversos, entre eles destaca-se: o preconceito, a falta de verba, demora no diagnóstico e falta de capacitação profissional. Pessoas com necessidades educacionais especiais relatam que a rejeição está presente de forma implícita ou explícita. A ausência de verbas dificulta a aquisição de vários materiais adequados, a demora do diagnóstico atrapalha o trabalho do docente, pois ele necessita experimentar diversos recursos até obter um resultado positivo, e para uma inclusão de êxito é importante que o professor tenha o preparo adequado para atender o discente da melhor forma a fim de efetivar o conhecimento.

Segundo Bueno (1999) o ensino de qualidade para alunos com deficiência diante a educação inclusiva, envolve duas formas de formação: generalistas e especialistas. Os generalistas são vistos como aqueles que possuem o mínimo de conhecimento e prática. Os especialistas atuam com as diversas necessidades educacionais especiais, seja ao atender essa clientela ou ao prestar apoio aos docentes de classes regulares no modo de incluir. Nota-se que o trabalho docente necessitar combinar os aspectos citados. Deste modo, outras competências devem ser aprimoradas desde a formação inicial, tais como: definição, elaboração, reinterpretção dos currículos e os programas que proporcionam a valorização e profissionalização docente (PIMENTA, 2002).

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos das classes escolar, capaz de atender os alunos cujas situações pessoais características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (BEYER, 2006, p. 76).

Necessita-se de uma escola que reflita sobre suas práticas inclusivas e pesquise meios e métodos de melhoria. Para tal feito, a instituição escolar deve possuir senso crítico, instigar seus componentes a buscarem formação e ofertar recursos para que o ensino efetivo seja obtido por todos, e assim possuir ações inovadoras, para atender as necessidades de inclusão.

2.1 A importância da formação contínua diante a inclusão

Na contemporaneidade ainda existe o apelo pela inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares. A partir da Declaração de Salamanca, em 1994, inclusão escolar no ensino regular tem sido notada como grande tema para pesquisas. Esta Declaração é um documento da Conferência Mundial sobre Educação Especial, cuja proposta é oferecer: “diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social” (MENEZES; SANTOS, 2001, p. 1). Tal declaração é um marco histórico para a inclusão, pois declara oficialmente sua importância.

Para Fumegalli (2012) o professor deve ser preparado para lidar com as diferenças no âmbito escolar. Os fundamentos teóricos-metodológicos da inclusão escolar estão centralizados nas perspectivas de ofertar educação de qualidade a todos e respeitar a peculiaridade de cada discente. Portanto, torna-se extremamente importante a preparação de docentes, em especial de salas comuns, para o atendimento adequado de todos os alunos, sem ou com deficiências, e ser um professor incluso é além de cursos e teoria, necessita ser na prática, esse profissional costuma ter características como: preparar a sala de aula com espaço para locomoção, integrar o discente em atividades que socialize com os demais, respeitar o ritmo de aprendizagem e elaborar aulas que visam a participação de todos.

Conforme a educação inclusiva exige um ensino adaptado às necessidades individuais, os docentes necessitam estar aptos para atuar de forma competente para atender aos discentes, nos diferentes níveis de ensino. A formação contínua tem significado quando está ligada com a prática escolar que ao visar à criação de estratégias de atuação a partir de nossa vivência na sala de aula.

O Ministério da Educação – MEC está investindo em políticas de formação, através de cursos de formação de professores ofertando o curso “Atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva”. O objetivo é formar professores que atuam ou atuarão para atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, possibilitando de fato, seu acesso, permanência e êxito no contexto escolar de inclusão, ofertado na modalidade de ensino a distância e são em nível de extensão e/ou especialização, sendo associadas às mudanças da educação inclusiva.

Goffredo (1992) e Manzini (1999) dizem que a implantação da educação inclusiva encontra limites e dificuldades, devido à falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. Está sendo apontada a ausência de formação contínua e especializada dos educadores, e isso indica um problema na implantação de políticas desse tipo e esse déficit traz consequências à efetivação da inclusão.

Na inclusão educacional, é de suma importância o envolvimento de todos os componentes da equipe escolar. Docentes, coordenadores, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas necessitam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja realizada. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. Cabe aos diretores tomar as providências administrativas essenciais para a construção do projeto de inclusão (ARANHA, 2000).

Diante essas informações, percebe-se que é necessário no sistema educacional vigente para garantir o cumprimento dos objetivos da inclusão o elo entre a teoria e prática para atender a especificidade de cada. Segundo Góes (2002), o déficit em si não marca o destino do aluno, mas como a sua deficiência é significada, a educação e experiências que são propiciadas. Visto isso é importante considerar que nem todas as instituições de ensino possuem recursos adequados para promover um material inclusivo, porém é necessário tornar a educação inclusiva de acordo com suas possibilidades.

Percebe-se então que a necessidade da formação continuada dos docentes vem ao encontro das ações educacionais que mudam velozmente e alguns docentes não conseguem acompanhá-las e por isso a necessidade de um apoio contínuo; esse apoio deve e pode ser oferecido no próprio ambiente escolar. Quando essa formação é centrada na realidade do educador, realizada conforme as necessidades em seu contexto escolar, as mudanças no perfil desse profissional tornam-se muito mais significativas pois o desenvolvimento de competências para a educação inclusiva, ainda que tenha uma fase de sensibilização em sua formação básica, só poderá ser assumida de forma plena ao longo de uma prática em serviço, por isso ser indispensável para atualização e aprofundamento do conhecimento pedagógico comum e especializado.

2. 2 Educação: direito de todos

A Constituição Federal garante a igualdade para o acesso a educação e permanência na escola. Deste modo, o ensino inclusivo constitui-se em um direito de todos que estão inseridos na instituição de ensino. Para a inclusão ser efetiva, é de suma importância que o sistema educacional se transforme, por meio de mecanismos que garantam o direito de todos à educação.

O artigo 205 garante a todos sem restrições, o direito à educação, que de acordo com a Constituição constitui-se no dever de Estado e da família, e deve ser incentivada e promovida a partir da colaboração da sociedade, para o pleno desenvolvimento preparando a pessoa para o exercício da cidadania. O direito à educação inclusiva está registrado em diplomas legais.

Segundo Santos (2010) a inclusão necessita passar por processos de reflexão e prática, para que assim, ocorram mudanças efetivas e ofertar educação de qualidade a todos. Percebe-se que o ato de refletir sobre a prática educativa e o âmbito educacional auxilia nas alterações na escola para atender de forma igualitária os discentes. Nesse sentido, a adoção de ações inclusivas como prática educativa, agrega benefícios a toda comunidade escolar.

É notório que a educação precisa reformular-se e construir novas concepções de aluno e professor. Não são admissíveis práticas educativas regadas de intolerância e preconceito. Dessa forma, não se pode tolerar um ensino que discrimine o dito “diferente”, pois a escola tem o papel de acolher a todos, cada um com suas especificidades, e lembrar que todos somos diferentes.

3 METODOLOGIA

A princípio, a pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico do ponto de vista histórico e, em seguida, como pesquisa exploratória. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por meio de pesquisa e consulta nas principais fontes de referências. “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação” (MACEDO, 1994, p.13).

A pesquisa tem abordagem qualitativa, pois destinou-se a coleta de dados e análise subjetiva desses, a partir de conhecimentos teóricos e práticos. A metodologia qualitativa oportuniza a interpretação dos dados coletados. “Fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 269).

O questionário foi estruturado por onze perguntas de múltipla escolha e uma subjetiva, o qual focalizou nas percepções sobre a educação inclusiva (opiniões e ideias que os profissionais têm a partir do assunto abordado), desenvolvimentos dos processos inclusivos, participação e atuação de políticas públicas, a formação contínua ofertada e condições necessárias para efetivação do ensino.

Para encaminhar aos envolvidos no estudo foi desenvolvido no Google Formulário, que buscou identificar as percepções que os docentes, coordenadores e gestores possuem a partir da temática abordada. O link que foi gerado do questionário foi disponibilizado por Whatsapp para as escolas selecionadas de educação básica, sendo o total de três escolas, sendo duas municipais e uma estadual.

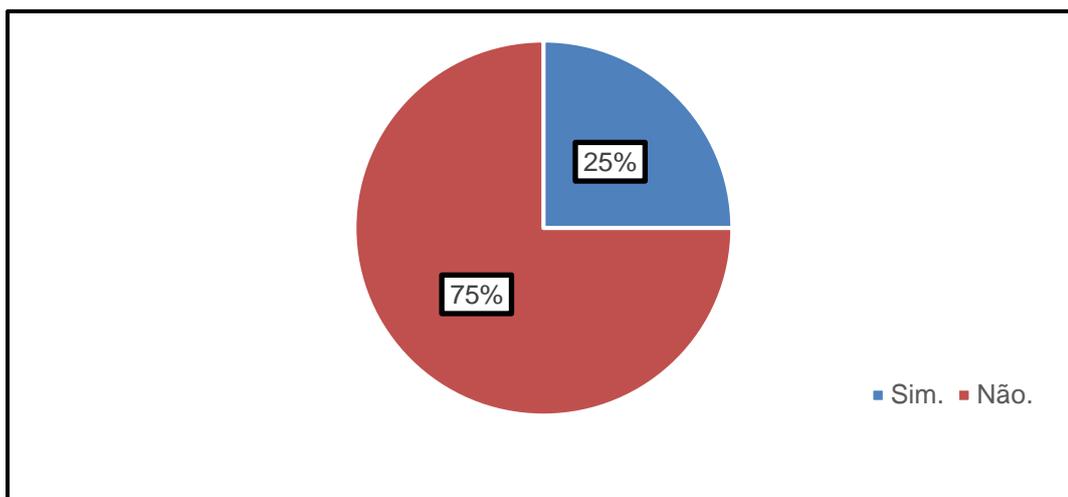
Para envolver a participação destas escolas na pesquisa entrou-se em contato com a diretora, as quais foram solicitadas na autorização, além de disponibilizarem o link para resposta aos seus respectivos educadores.

Ao obter as respostas dos professores, estas foram analisadas e posteriormente comparadas a literatura em detrimento ao levantamento bibliográfica, para assim compreender a percepção que estes profissionais possuem quanto inclusão.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

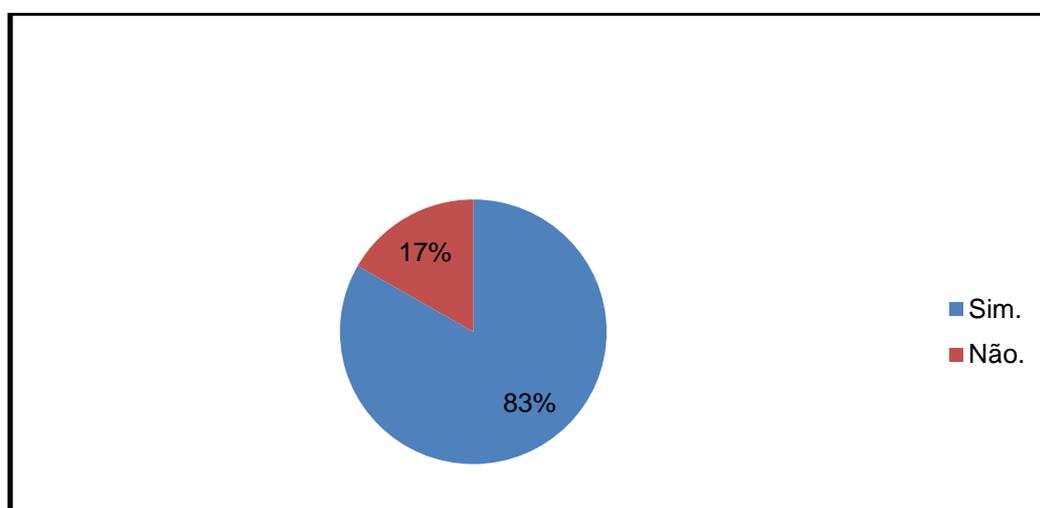
Os questionários foram respondidos por um total de trinta e dois professores, três coordenadores e duas diretoras, todos atuantes nos diferentes níveis de ensino da educação básica, totalizando três escolas públicas.

Em um dos questionamentos respondidos pelos diretores, coordenadores e professores nota-se que todos atuam com alunos com deficiência, mas um dado que chama a atenção é que por mais que atendam a esses alunos, grande parte não possui especialização voltada para a educação inclusiva (Gráfico 1), entretanto realizaram cursos de preparação (Gráfico 2), e esses cursos a maioria realizou, pois foram ofertados pela rede de ensino (Gráfico 3).



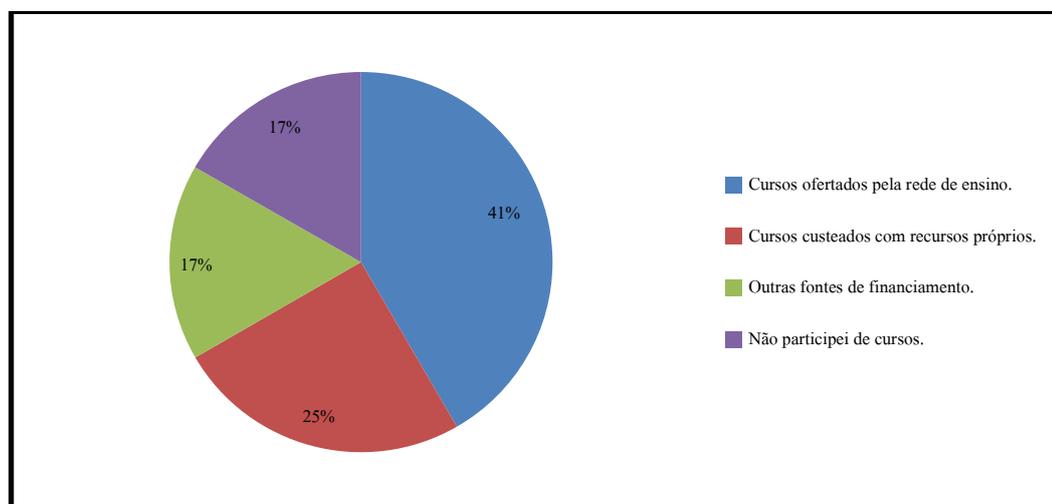
FONTE: Elaborado pelas autoras (2020)

GRÁFICO 1 - Possui especialização voltada para área da inclusão



FONTE: Das autoras (2020).

GRÁFICO 2 - Participação ao longo de sua formação de algum curso de preparação relacionado ao atendimento a alunos com deficiência



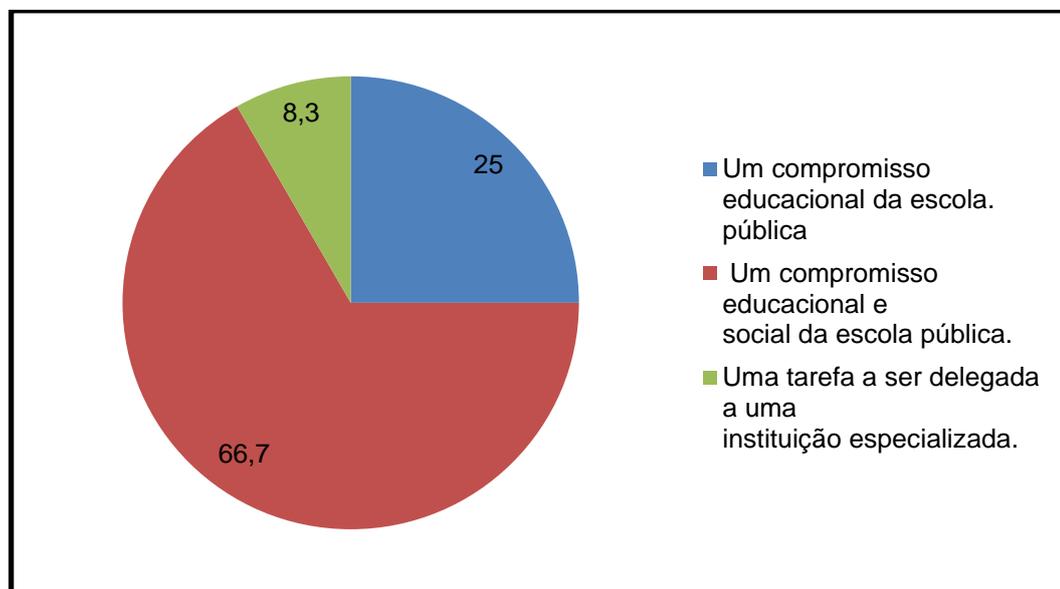
FONTE: Das autoras (2020)

GRÁFICO 3 - Cursos que participaram foram oferecidos pela rede pública de ensino a que você pertence ou foram custeados com recursos próprios

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 30 de janeiro de 2009 assinou o decreto que instituiu a Política Nacional de Formação de Professores publicado no Diário Oficial da União, a fim de ofertar a formação inicial e continuada para docentes da educação básica, em colaboração com União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Percebe-se a valorização quanto à formação de docentes para atender aos discentes de maneira adequada. Infelizmente, na atualidade notamos a educação sendo cada vez mais desvalorizada e nenhum incentivo à realização de cursos.

Segundo Saviani (1995) a partir de formação o professor ganha competência e condições de atuar com metodologias eficazes, dentro da escola, e assim lidar melhor com os obstáculos. Por conseguinte, é necessário que o professor realize cursos de capacitação, para assim lidar com os desafios, visto que a inclusão ainda é um desafio que engatinha para ser vencido.

No gráfico 3 ainda observa-se que 17% dos profissionais da educação que participaram da pesquisa, não realizaram nenhum curso de preparação para atender aos alunos com deficiência, o que demonstra uma falha, conforme Mantoan (2006), que afirma que a inclusão depende também de uma formação continuada de professores, para assim serem capazes de ministrar aulas diversificadas e que atendam a todos.



FONTE: Das autoras (2020)

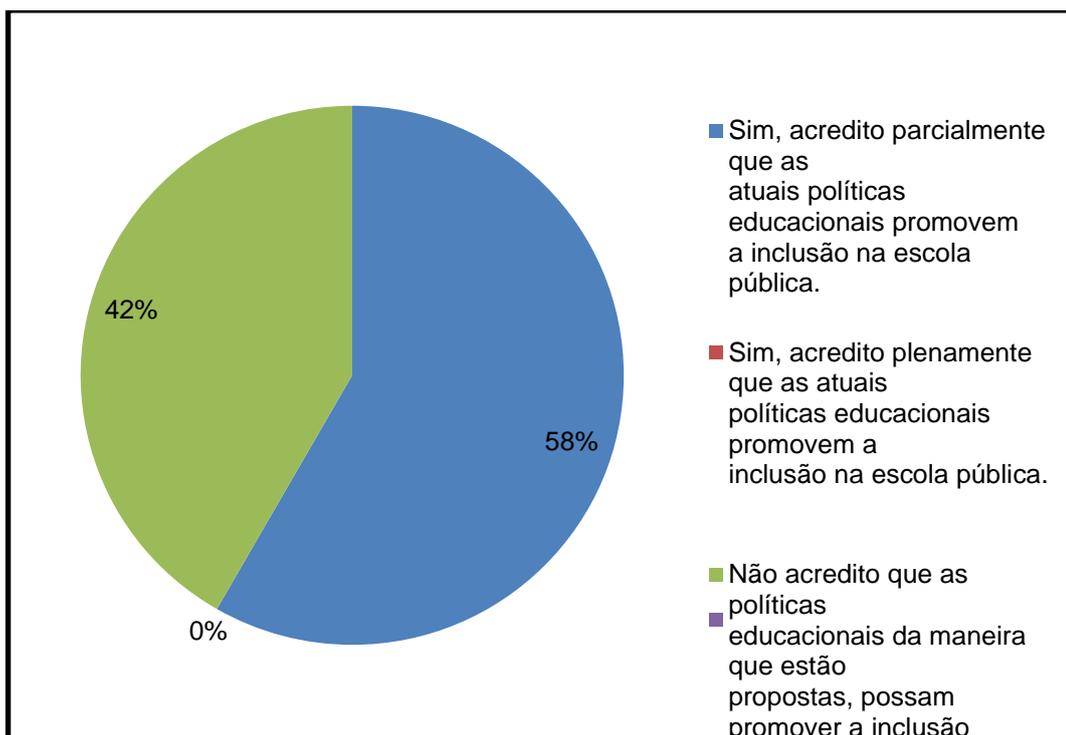
GRÁFICO 4 - Para você, a educação inclusiva é considerada

No gráfico acima observa-se que 66,7% acreditam que a educação inclusiva é um compromisso educacional e social da escola pública, e de fato é, pois, a mencionada é garantida como um direito a todos pela Lei de Diretrizes e Bases. No

entanto, 8,3% veem a educação inclusiva como algo que deve ser delegado a uma instituição de ensino especializada, ressalta-se que existe uma contradição dessa afirmação, pois o foco é educação inclusiva e ao ser matriculado em instituição especializada não haverá inclusão alguma desse discente.

O artigo 208 Constituição Federal, § 1º afirma que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. No artigo mencionado cita que o atendimento educacional especializado pessoas com deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Esta percepção vinda de profissionais da educação causa uma preocupação, pois nota-se uma resistência quanto à inserção de todos os alunos em seu planejamento e metodologia. Este acontecimento é algo inusitado quando pesquisamos sobre, visto que há pouco conteúdo bibliográfico acerca desse posicionamento dos docentes. Entretanto abrange para reflexões sobre o porquê dessa perspectiva, e logo, volta-se uma culpa para as políticas públicas.



FONTE: Das autoras (2020).

GRÁFICO 5 - Você, professor, acredita que as atuais políticas educacionais promovem realmente a inclusão na escola pública

Neste gráfico nenhum dos participantes acredita integralmente que as políticas públicas promovem de modo eficaz a inclusão. Justifica-se, pois o desejo de diretores, docentes, alunos e seus pais diante a educação não é correspondido pela proposta

financeira sem contextualização da prática e vivências existentes no âmbito educacional.

A política educacional só tem sentido quando construída com identidade coletiva. Expõe-se que

“O Estado é um dos principais lugares da política e um dos principais atores políticos. Em seu sentido mais simples, a política é uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer coisas no sentido de “ter” uma política, mas que pode ser puramente simbólica, ou seja, mostrar que há uma política ou que uma política foi formulada” (BALL; MAINARDES, 2011, p. 14).

Diante disso, retorna-se ao gráfico 5, em que 58% dos profissionais da educação acreditam parcialmente na eficácia das políticas públicas educacionais, visto que essa precisa de meios para que respeitem as diferenças, possibilitem aos discentes estarem na escola, socializarem e aprenderem, e após esses meios haverá real confiança nas políticas, pois estarão cumprindo o seu papel. Para isso, o aumento de matrículas em escolas públicas de educação básica não basta mesmo os dados sendo satisfatórios, não substituem o ensino efetivo.

Uma informação que entristece, é quanto aos recursos para a educação, esta nova política adotada pelo atual governo, devia incentivar a inclusão e fornecer recursos para que a mencionada, seja de fato cumprida e com eficiência, luta por uma causa tanto quanto distinta. No dia 1º de outubro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto que torna pública a Política Nacional de Educação Especial - PNEE, que incentiva a segregação de discentes com deficiência. Sendo assim, é um retrocesso nas conquistas sobre a inclusão

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista o que foi observado, o discurso da inclusão na escola permanece o mesmo, onde a regra é incluir todos os discentes considerando suas diferenças de forma a promover um trabalho que atenda as peculiaridades de cada um, porém, o que evidenciou-se foram as barreiras instaladas para o cumprimento dessa regra, como por exemplo, a questão de quantidade de discentes por sala, a formação qualificada dos docentes, o tempo proporcional para o planejamento dos mesmos, material adequado, estrutura física e homogeneização curricular.

Nota-se que é uma área que necessita sempre de melhorias, pois os alunos devem ser inseridos no âmbito escolar com igualdade, não no sentido de tornar igual,

mas de valorizar cada integrante deste cenário recebendo um ensino que consigam aprender. Essa inclusão, já é reconhecida e defendida por lei, se fazendo necessário uma maior e melhor organização da escola para receber e mediar a aprendizagem para todos os tipos de educandos e obviamente essa organização ainda permanece na dependência de ações políticas, sociais, pedagógicas e culturais.

Percebe-se então, que ao longo do trabalho uma grande parte dos docentes não possuem formação adequada para lidar com alunos com deficiência, mas possuem um preparo básico que foi disponibilizado pela rede de ensino, e que há também os que realizaram cursos com recursos próprios a fim de aperfeiçoarem o seu trabalho.

Conclui-se deste modo, que não basta haver na escola a proposta de inclusão e os recursos necessários para tal, esses são fatores favoráveis, mas não fundamentais, há um diferencial e este provém do professor, sim, dos que estão sempre dispostos a socializarem-se e permitirem-se interagir com seus alunos, esse comprometimento, aliado a conscientização e também a sensibilidade e o reconhecimento da necessidade de se atualizar continuamente e acreditar no desenvolvimento do aluno com deficiência são essenciais para que a educação inclusiva seja de fato realizada.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP-Marília Publicações, 2000. (p.1-9).
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEYER, O.H. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: Baptista, C. et al. (Orgs.) **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**: Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BRASIL. Decreto nº. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm#:~:text=Promulga%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para,as%20Pessoas%20Portadoras%20de%20Defici%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BUENO, J.G.S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?**

Disponível em:

<http://www.educacaoonline.pro.br/art_crianças_com_necessidades_ee.asp>

Acesso em: 31 ago. 2020.

FUMEGALLI, R. de C. de A. **Inclusão Escolar: o desafio de uma educação para todos**. 2012. 50f. Monografia (Especialização em Educação Especial) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, 2012.

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico social. In: OLIVEIRA, M.K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, p.95-114.

GOFFREDO, V. L. F. Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. **Integração**, v. 4, n. 10, p. 118-127, 1992.

MACEDO, N. D. de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANZINI, E. J. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador? **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 7, n. 42, p. 52-54, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. **Verbetes Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira -Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.
Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PIMENTA, S. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. C. D dos. **Educação especial e inclusão por uma perspectiva universal**. Conferência Nacional de Educação,2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 21ª ed. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1989.